

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019  
(NÃO AUDITADAS)



DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA

## Índice

Balancos patrimoniais	2
Demonstração das sobras	3
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	6
3 Caixa e equivalentes de caixa	9
4 Títulos e valores mobiliários	9
5 Relações interfinanceiras	10
6 Operações de crédito	11
7 Créditos Cedidos	14
8 Outros Créditos	14
9 Outros bens e valores a receber	15
10 Investimentos	16
11 Imobilizado	16
12 Intangível	17
13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	17
14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	17
15 Obrigações por empréstimos e repasses	18
16 Obrigações sociais e estatutárias	20
17 Obrigações fiscais e previdenciárias	20
18 Outras obrigações	21
19 Provisões para contingências	21
20 Patrimônio líquido	22
21 Outros dispêndios administrativos	24
22 Outros ingressos operacionais	24
23 Outros dispêndios operacionais	24
24 Partes relacionadas	24
25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	24
26 Instrumentos financeiros	26
27 Gerenciamento de riscos	27
28 Garantias	29
29 Cobertura de seguros	29

## Balancos patrimoniais em 30 de junho

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	3	8.064	8.110	Depósitos à vista, a prazo e sob aviso	13	1.564.673	1.348.078
Títulos e valores mobiliários	4	891.527	807.099	Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	14	601.253	424.104
Relações interfinanceiras	5	17.420	20.386	Relações de interdependência		12	5
Operações de crédito	6	1.233.400	897.130	Obrigações por empréstimos e repasses	15	490.632	412.890
Operações Ceditas	7		10.238	Obrigações sociais e estatutárias	16	21.862	14.112
Outros créditos	8	32.776	31.820	Obrigações fiscais e previdenciárias	17	4.135	1.649
Outros bens e valores a receber	9	90	173	Obrigações por operações vinculadas a cessão	7		10.317
		2.183.277	1.774.957	Outras obrigações	18	204.067	28.109
						2.886.635	2.239.254
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Exigível a longo prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	56.569	102.538	Obrigações por empréstimos e repasses	15	162.904	171.806
Operações de crédito	6	1.064.024	676.485	Obrigações sociais e estatutárias	16	1.776	1.725
Outros créditos	8	91.737	293.010	Outras obrigações	18	24	24
Outros bens e valores a receber	9	94.450	81.761	Provisões para contingências	19	16.175	163.683
		1.306.779	1.153.794			180.879	357.238
<b>Permanente</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Investimentos	10	81.687	75.316	Capital social		337.680	274.031
Imobilizado	11	16.254	14.010	Reserva legal		161.416	125.314
Intangível	12	1.133	1.263	Sobras acumuladas		22.521	23.502
		99.074	90.588			521.617	422.847
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.589.131</b>	<b>3.019.339</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.589.131</b>	<b>3.019.339</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


**Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho**  
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>			
Operações de crédito		148.542	117.633
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		24.779	27.087
		<u>173.321</u>	<u>144.720</u>
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>			
Operações de captação no mercado		(54.537)	(43.448)
Operações de empréstimos e repasses		(24.155)	(25.641)
Provisões para perdas com operações de crédito e com outros créditos		(42.031)	(34.017)
		<u>(120.723)</u>	<u>(103.107)</u>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>52.598</u>	<u>41.613</u>
<b>Outros ingressos (dispêndios) operacionais</b>			
Ingressos de prestação de serviços		9.860	7.703
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26.2		(564)
Dispêndios de pessoal, honorários da administração e do Conselho Fiscal		(27.345)	(20.681)
Dispêndios tributários		(1.122)	(908)
Outros dispêndios administrativos	21	(24.209)	(21.297)
Outros ingressos operacionais	22	30.775	29.984
Outros dispêndios operacionais	23	(14.324)	(11.432)
		<u>(26.365)</u>	<u>(17.195)</u>
<b>Resultado operacional</b>		26.234	24.418
<b>Despesas não operacionais, líquidas</b>		<u>(2.477)</u>	<u>(94)</u>
<b>Sobras/ lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		23.757	24.324
Imposto de renda e contribuição social		<u>(1.236)</u>	<u>(822)</u>
<b>Sobras/ lucro líquido do semestre</b>		<u>22.521</u>	<u>23.502</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho**  
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>					
Destinação das sobras de 2017	20.3	260.111	106.438	34.922	401.471
Distribuição de sobras		5.701	18.876	(24.577)	(10.345)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		8.219			8.219
Sobras/perdas líquidas do semestre				23.502	23.502
<b>Em 30 de junho de 2018</b>		<b>274.031</b>	<b>125.314</b>	<b>23.502</b>	<b>422.847</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Destinação das sobras de 2018	20.3	315.487	136.660	37.428	489.575
Distribuição de sobras		5.069	24.755	(29.824)	(7.604)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		17.123			17.123
Sobras/perdas líquidas do semestre				22.521	22.521
<b>Em 30 de junho de 2019</b>		<b>337.680</b>	<b>161.416</b>	<b>22.521</b>	<b>521.617</b>



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





**Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho**  
Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Sobras do semestre</b>		22.521	23.502
<b>Ajustes</b>			
Depreciação e amortização	21	2.124	1.979
Provisão para perda com operações de créditos e outros créditos	6, 8	42.031	34.017
Provisão para contingência		(178.248)	9.383
Ganhos na venda de bens não de uso próprio	22		(895)
Juros sobre a venda de bens não de uso próprio	22	(3.652)	(4.804)
Desvalorização de outros valores e bens		2.452	31
Desvalorização de títulos e valores mobiliários		715	
		<u>(112.056)</u>	<u>63.214</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Operações de crédito		(325.687)	(142.304)
Outros créditos		183.860	(5.365)
Depósitos judiciais		(2.196)	(6.073)
Outros bens e valores a receber		(4.073)	(7.509)
Títulos e valores mobiliários		(205.421)	26.843
Depósitos à vista, à prazo e sob aviso		178.705	211.338
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias		118.256	(1.851)
Obrigações por empréstimos e repasses		4.021	(108.416)
Relações de interdependência		4	(16)
Obrigações sociais e estatutárias		(1.828)	(627)
Outras obrigações		151.108	(30.738)
		<u>(15.308)</u>	<u>(1.503)</u>
<b>Caixa proveniente das operações</b>		(15.308)	(1.503)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.236)	(822)
		<u>(16.544)</u>	<u>(2.326)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aporte de capital em investimentos	10	(6.144)	(4.626)
Recebimentos de investimentos	22	5.914	4.398
Aquisições de ativo imobilizado		(3.278)	(1.835)
Aquisições de ativo intangível		(571)	(102)
		<u>(4.079)</u>	<u>(2.166)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		(4.079)	(2.166)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		17.123	8.219
Sobras distribuídas	20.3	(7.604)	(10.345)
		<u>9.520</u>	<u>(2.126)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		9.520	(2.126)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		(11.103)	(6.617)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		36.587	35.113
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	3	<u>25.484</u>	<u>28.497</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito é uma cooperativa de crédito singular com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (Nota 25) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.

O Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Marília, Monte Alto, Morro Agudo, Ocaúçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embauba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio de Mesquita, Lucélia, Luiz Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlandia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiróz, Quintana, Rinópolis, Sales de Oliveira, São José do Rio Preto, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul, Taiacu, Taiuva e Vista Alegre do Alto.

O Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 06 de abril de 2017 mediante assembleia geral extraordinária foi realizada reforma no estatuto social da cooperativa possibilitando a livre admissão, ou seja, a admissão de qualquer pessoa em seu quadro de associados, além da alteração de sua denominação social, de Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista para Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 31 de julho de 2019.



6 de 29



## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 2.2 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

#### 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais 90 dias de vencimento e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/01, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

#### 2.2.3 Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

#### 2.2.4 Investimentos

Os investimentos são avaliados ao método do custo de aquisição.

#### 2.2.5 Imobilizado

Móveis e utensílios, equipamentos, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e outros, são demonstrados pelo custo de aquisição. As imobilizações em andamento são registradas pelos custos já incorridos.



7 de 29



## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em "despesas não operacionais, líquidas".

### 2.2.6 Intangível

Os valores registrados no ativo intangível se referem a softwares amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

### 2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

### 2.2.8 Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos (à vista, a prazo e sob aviso) e os recursos de aceites cambiais e letras imobiliária estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

### 2.2.9 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

### 2.2.10 Provisão para contingências

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Cooperativa, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

### 2.2.11 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

### 2.2.12 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

### 2.2.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda e para a contribuição social, conforme disposto na legislação (Lei 5.764/71, nos artigos 85, 86, 88 e 111).

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, é isento de tributação, conforme dispõe o Regulamento de Imposto de Renda (Decreto-lei 3.000/99).

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	8.064	8.110
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	<u>17.420</u>	<u>20.386</u>
	<u>25.484</u>	<u>28.497</u>

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

## 4 Títulos e valores mobiliários

<u>Modalidade</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Titulos de renda fixa (i)	132.946	106.411
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (ii)	714.277	584.612
Cotas de fundo de investimento (iii)		3.963
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.890	5.278
Certificados de Recebíveis Imobiliários		1.307
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (iv)	64.679	97.573
Cotas de Fundo Multimercado (v)	40.654	110.494
Provisão para Desvalorização de Títulos Livres (vi)	(8.351)	
	<u>948.096</u>	<u>909.637</u>
Ativo circulante	<u>891.527</u>	<u>807.099</u>
Realizável a longo prazo	<u>56.569</u>	<u>102.538</u>







## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de depósito interbancário – CDI, realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(ii) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se substancialmente a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo (Nota 25.2).

(iii) As Cotas de fundo de investimento referem-se a aplicações financeiras realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(iv) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA referem-se à cessão de crédito de cédulas de produtos rural financeiro – CPRFs, líquido das parcelas recebidas.

(v) O Fundo de investimento multimercado – FIM é um fundo exclusivo da Sicoob Cocred que investe, substancialmente, em um fundo de investimento em participações – FIP, que, por sua vez, investe em ações da Companhia Poá S.A. Essa companhia possui por propósito específico o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, a venda e a entrega do empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto. Essa estrutura foi criada pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorrerá com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens.

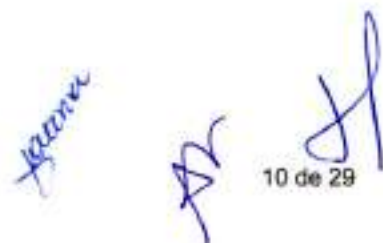
(vi) A provisão para desvalorização foi realizada para fazer frente a investimentos em operações Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA que possuem lastros em atraso. Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2020 (2018 - realização prevista substancialmente para 2024).

### 5 Relações interfinanceiras

<u>Modalidade</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta corrente	17.420	20.386

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob SP, conforme definido na Resolução CMN 3.859, possuem liquidez imediata e remuneração de 95% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, os quais resultaram em 30 de junho de 2019, em ingressos no montante de R\$ 649 (2018 - R\$ 756), registrados em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).





## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Operações de crédito

#### 6.1 Composição da carteira por modalidade

<u>Modalidade</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a depositantes	4.242	3.115
Cheque especial/ Conta garantida	115.707	108.841
Empréstimos e financiamentos	1.100.423	515.073
Títulos descontados	52.903	34.024
Financiamentos rurais próprios (i)	122.908	43.127
Financiamentos rurais demais	1.025.738	762.552
Renegociações (ii)		220.682
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	(124.498)	(113.799)
	<u>2.297.424</u>	<u>1.573.614</u>
Ativo circulante	<u>1.233.400</u>	<u>897.130</u>
Realizável a longo prazo	<u>1.064.024</u>	<u>676.485</u>

(i) Incluem renegociações realizadas no período de 2000 a 2003, para o alongamento de dívidas de associados originadas na modalidade de crédito rural, realizadas com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, no montante de R\$ 33.119 (2018 - R\$ 35.508). Essas operações são garantidas por Títulos do Tesouro Nacional de associados, com vencimento para 2020 a 2023, nas mesmas datas de vencimentos dos ativos.

(ii) Refere-se a composição de dívida, a prorrogação, novação ou concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior, de operações com a origem da carteira de empréstimo e crédito rural.

#### 6.2 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2019		159.570
2020	234.991	249.378
2021	319.342	101.432
2022	218.658	69.176
2023 a 2038	291.032	96.929
	<u>1.064.024</u>	<u>676.485</u>

*Handwritten signatures and date:*  
 11 de 29

## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6.3 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	92.095	120.493
(-) Créditos baixados para prejuízo	(7.302)	(28.901)
Provisão constituída no semestre	59.859	22.208
(-) Reversão efetuada no semestre	(20.154)	
Saldo final	<u>124.498</u>	<u>113.799</u>

### 6.4 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 13.417 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (2018 - R\$ 13.471), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).




## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6.5 Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão	2019			2018		
		Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA	0%		65.082	65.082			
A	0,5%		1.016.727	1.016.727			
B	1%	2.973	687.068	690.041	1.989	798.103	798.103
C	3%	8.297	343.501	351.798	5.442	542.629	544.617
D	10%	22.358	113.568	135.926	8.138	185.510	190.952
E	30%	4.854	79.673	84.527	4.832	12.022	36.060
F	50%	6.472	17.617	24.089	1.465	16.601	18.066
G	70%	4.378	4.849	9.227	2.868	3.208	6.077
H	100%	18.815	25.691	44.506	45.576	31.109	76.685
		68.147	2.353.775	2.421.922	70.310	1.617.103	1.687.414
Provisão para perdas com operações de crédito		(29.086)	(95.412)	(124.498)	(50.763)	(63.036)	(113.799)
Total		39.061	2.258.363	2.297.424	19.547	1.554.067	1.573.614

AR *fev 2019*

*[Handwritten signature]*



## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7 Créditos Cedidos

Refere-se a cessão de Cédulas de produtor rural financeira – CPRFs e Cédulas de crédito bancário – CCBs a uma securitizadora, que destinam-se viabilizar a emissão de Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA e Certificado de recebíveis imobiliários – CRIs, respectivamente, e proporcionar liquidez a Cooperativa. A Sicoob Cocred retém integralmente os riscos dessas operações e, portanto, os saldos foram registrados no balanço patrimonial em contas de ativo e passivo. Em setembro de 2018 as operações foram liquidadas junto a securitizadora.

<u>Modalidade</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações Cedidas		10.317
Provisão para perdas com operações cedidas		(79)
		<u>10.238</u>

### 8 Outros Créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cédulas de Produto Rural Financeiro - CPRF (i)	2.704	6.920
Titulos e créditos a receber com característica de operações de crédito (ii)	20.825	22.093
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	100.214	135.295
Depósitos em garantia (Nota 19)	12.001	182.079
Outros	2.038	4.797
Provisão para perdas (iv)	(13.269)	(26.352)
	<u>124.513</u>	<u>324.830</u>
Ativo circulante	<u>32.776</u>	<u>31.820</u>
Realizável a longo prazo	<u>91.737</u>	<u>293.010</u>

(i) Referem-se a CPRFs adquiridas pelo Sicoob Cocred junto aos seus associados, lastreadas em commodities agrícolas. Esses títulos são remunerados substancialmente, por juros pré-fixados, com vencimentos previsto substancialmente para os exercícios de 2018 (Nota 22).

(ii) Referem-se a renegociações de operações de crédito, as quais serão liquidadas mediante a entrega física de produtos, substancialmente açúcar total recuperável - ATR, em até dez anos. Esses produtos serão recebidos e comercializados pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA, que assume contratualmente a obrigação de repassar os valores recebidos pelas vendas ao Sicoob Cocred.



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se a títulos a receber pela venda de imóveis recebidos em renegociações de dívidas de operações de crédito, atualizados, substancialmente, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento até 2030.
- (iv) Refere-se a provisão para perdas na realização das CPRFs e dos títulos de crédito a receber com característica de operações de crédito e devedores por compra de valores bens, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	10.943	16.026
(-) Créditos baixados para prejuízo		(1.537)
Provisão constituída no semestre	2.776	11.862
(-) Reversão efetuada no semestre	<u>(449)</u>	
Saldo final	<u>13.269</u>	<u>26.352</u>

**9 Outros bens e valores a receber**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bens não de uso próprio (i)	97.229	82.149
(-) Provisão para perdas	(2.780)	(389)
Materiais de uso e consumo	83	168
Despesas antecipadas	<u>7</u>	<u>6</u>
	94.540	81.934
Ativo circulante	<u>90</u>	<u>173</u>
Realizável a longo prazo	<u>94.450</u>	<u>81.761</u>

(i) Os bens não de uso próprio referem-se a bens recebidos em pagamentos de operações de crédito renegociadas registrados pelo valor dessas operações e, quando aplicável, reduzidos de provisão para perda na realização, conforme laudos técnicos de avaliação desses bens a valor de mercado.

A partir de novembro de 2014, através da carta circular interna 311/2014 o Sicoob Confederação padronizou a contabilização de entrada de Bens, onde seu registro contábil passou a ser limitado ao valor da dívida registrada na Central de Risco, devendo ser realizada a diferença momento da alienação do bem.



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 Investimentos**

	2019	2018
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	45.919	44.146
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	35.670	31.073
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANÁ	83	81
Outros	16	16
	81.687	75.316

No exercício findo em 30 de junho de 2019, o Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 1.544 e R\$ 4.597, no Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente (2018 - R\$ 1.119, R\$ 3.505, no Sicoob São Paulo, e no BANCOOB respectivamente).

Adicionalmente, sobras foram distribuídas no montante de R\$ 1.315 e R\$ 4.597 pelo Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente (2018 - R\$ 892 e R\$ 3.505 pelo Sicoob São Paulo, e BANCOOB respectivamente).

**11 Imobilizado**

	2019		2018		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	6.088	(3.052)	3.036	2.657	10
Sistemas de comunicação	102	(29)	73	44	10
Equipamentos de processamento de dados	7.330	(5.006)	2.324	1.735	20
Veículos	866	(466)	400	380	20
Sistemas de vigilância	1.470	(1.057)	414	388	20
Instalações	20.438	(12.424)	8.014	7.489	20
Imobilização em Curso (i)	1.994		1.994	1.317	
	38.288	(22.034)	16.254	14.010	

(i) Refere-se a projeto de expansão ou melhoria de P.A.s em andamento.





Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

	2019		2018		%
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Softwares	6.252	(5.119)	1.133	1.263	10

13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso

	2019	2018
Depósitos à vista	264.651	244.424
Depósitos sob aviso e à prazo	1.300.022	1.103.654
	<u>1.564.673</u>	<u>1.348.078</u>

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. O Estatuto e o regulamento do FGCoop foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos é classificada como dispêndios de operações de captação no mercado.

14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Modalidade	2019	2018
LCA - Juros fixos		545
LCA - Juros variáveis	601.253	423.559
	<u>601.253</u>	<u>424.104</u>



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") são títulos emitidos pelo Sicoob Cocred, com garantia em direitos creditórios do agronegócio mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata. Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 13).

**15 Obrigações por empréstimos e repasses**

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros incidentes</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Securitização	Juros anuais de 3 %	2.680	3.644
	Agrícola		
	Juros anuais de 5,50 %	5	9
	Juros anuais de 6,00 %	7.892	
	Juros anuais de 6,50 %	1.353	3.268
	Juros anuais de 6,75 %	241	483
	Juros anuais de 7,00 %	321.623	90.301
	Juros anuais de 7,50 %	37.865	55.598
	Juros anuais de 8,00 %	127.003	41.565
	Juros anuais de 8,25 %		2.049
	Juros anuais de 8,30 %	5.087	
	Juros anuais de 8,50 %	16.999	161.527
	Juros anuais de 9,00 %	1.090	36.715
	Juros anuais de 9,25 %	1.174	29.050
	Juros anuais de 9,50 %	94.403	127.248
	Juros anuais de 9,80 %	1.572	
	Juros anuais de 9,83 %	7.327	
	Juros anuais de 10,00 %		593
	Juros anuais de 10,17 %	86	
	Juros anuais de 10,75 %		2.267
	Juros anuais de 11,30 %	414	372
	Juros anuais de 11,50 %	26.724	125
	Juros anuais de 12,00 %		745
	Juros anuais de 12,35 %		2.242
	Juros anuais de 12,75 %		21.253
	Juros anuais de 14,00 %		172
	Juros anuais de 14,30 %		5.432
	Juros anuais de 14,60 %		28
		<u>653.536</u>	<u>584.687</u>
		<u>490.632</u>	<u>412.880</u>
		<u>162.904</u>	<u>171.806</u>

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2.018		56.630
2.019		99.858
2.020	50.203	1.926
2.021	63.829	1.188
2.022	1.413	8.560
2.023	36.771	
2.024	8.008	3.020
2.025	2.680	625
	<u>162.904</u>	<u>171.806</u>

As obrigações por empréstimos e repasses são garantidas por penhor, cédulas rurais e avais dos diretores.

**15.1 Obrigações por repasses interfinanceiros**

Em 18 de setembro de 2015, através da CCI nº 311 o Sicoob Confederação modificou a rubrica contábil de registro das operações de repasses captados junto ao Banco Cooperativo do Brasil S.A. BANCOOB, passando a ser utilizada a nomenclatura "Obrigações por repasses interfinanceiros".

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros incidentes</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Agrícola	Juros anuais de 5,5% a 14,60 %	650.856	581.042

Os montantes possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2.018		337.836
2.019	342.673	131.674
2.020	198.163	99.858
2.021	63.829	1.926
2.022	1.413	1.188
2.023	36.771	8.560
2.024	8.008	
	<u>650.856</u>	<u>581.042</u>





**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**16 Obrigações sociais e estatutárias**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	18.165	10.075
Cotas de capital a pagar	5.474	5.761
	<u>23.638</u>	<u>15.836</u>
Passivo circulante	<u>21.862</u>	<u>14.112</u>
Exigível a longo prazo - Cotas de capital a pagar	<u>1.776</u>	<u>1.725</u>

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado líquido, deduzidos os tributos, de operações com não associados (Nota 20.2).

**17 Obrigações fiscais e previdenciárias**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	118	59
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	129	64
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	806	556
Contribuição Previdenciária - INSS	2.646	697
Programa de Integração Social - PIS	52	30
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	154	63
Imposto sobre Serviços - ISS	60	40
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	158	136
Outros	13	2
	<u>4.135</u>	<u>1.649</u>



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18 Outras obrigações**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cheques administrativos	2.621	6.261
Despesas com pessoal a pagar	10.293	5.479
Cheques descontados	473	245
Fornecedores de bens e serviços	2.259	1.807
Procapcred (i)	6.802	6.552
Instrumentos financeiros e derivativos		
Outras	<u>181.643</u>	<u>7.789</u>
	<u>204.091</u>	<u>28.133</u>
Passivo circulante	<u>204.067</u>	<u>28.109</u>
Exigível a longo prazo	<u>24</u>	<u>24</u>

(i) Refere-se a obrigação assumida pelo Sicoob Cocred, até março de 2014, decorrente das operações de PROCAPCRED - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.346. O PROCAPCRED é uma linha de crédito especial para aquisição de cotas de capital utilizando recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa é um incentivo do Governo Federal, que tem por objetivo promover o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no País por meio da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados por intermédio de instituições financeiras credenciadas (Nota 23).

**19 Provisões para contingências**

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tributárias (substancialmente, IRRF (i))	11.401	181.453
Trabalhistas / Cíveis	1.106	333
Garantias Prestadas	<u>3.668</u>	<u>1.897</u>
	<u>16.175</u>	<u>183.683</u>



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O Sicoob Cocred questionava judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF incidente sobre aplicações financeiras auferidas por seus associados nas operações realizadas com a cooperativa. O processo teve trânsito em julgado favorável à Sicoob Cocred mediante a decisão do Superior Tribunal de Justiça-STJ, sobre o Recurso Especial nº 1741047/SP datado em 11/03/2019. Posterior a decisão, a cooperativa cessou o recolhimento judicial no 1º decêndio de março/2019. A cooperativa recebeu em 25 de junho de 2019 o montante de R\$ 173.763 depositado em juízo. A destinação do recurso aguarda convocação de Assembleia Geral Extraordinária-AGE, sendo proposto a plenária a transferência do valor líquido integral para "Reserva de Contingências Específico", pelo prazo de dois anos, e, posterior transferência para o Fundo de Reserva.

**(a) Processos classificados como possível perda**

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam o montante de R\$ 4.755.

**(b) Discussão dos autos de infração do Pis e Cofins**

Em 21 de setembro de 2015 a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF, da Receita Federal do Brasil, sobre os processos 16327.000482/2005-78 e 16327.000316/2004-91, que tiveram origem nos Autos de Infração sobre PIS dos anos de 2000 a 2003 e COFINS do ano de 1999, sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período, com a decisão de que há a incidência dos referidos impostos por se tratarem de atos não cooperativos. Tratando-se de decisão irrecurável no âmbito administrativo, o Sicoob Cocred, em 18 de dezembro de 2015, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatória de Débitos Tributários, efetuando os depósitos judiciais dos valores de R\$ 1.132 e R\$ 1.288 Pis e Cofins respectivamente e, com isso, os créditos tributários tiveram sua exigibilidade suspensa. Em 07 fevereiro de 2017, a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF sobre o processo 16327.000483/2005-12 que teve origem nos Autos de Infração sobre COFINS dos anos de 2000 a 2003 sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período. Tratando-se de decisão irrecurável no âmbito administrativo, a Sicoob Cocred com base na opinião dos seus assessores jurídicos ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatória de Débitos Tributários e completou seus depósitos judiciais no montante de R\$ 6.621. Em 30 de junho de 2019 os valores montam R\$ 1.505, R\$ 1.713, e R\$ 7.802 respectivamente (2018 R\$ 1.436, R\$ 1.634, e 7.397 respectivamente).

**20 Patrimônio líquido****20.1 Capital social**

(i) O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

**20.2 Destinações estatutárias e legais**

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 25% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;





## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

### 20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2019 e de 2018 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 17 de abril de 2019 e 18 de abril de 2018, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2019, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 24.755, para Capital social, no montante de R\$ 5.069 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.804, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2018, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 18.876, para Capital social, no montante de R\$ 5.701, e o saldo remanescente, no montante de R\$ 10.345, foi distribuído aos associados.

### 20.4 Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços do Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional do Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social do Sicoob Cocred.



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21	<b>Outros dispêndios administrativos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
	Serviços do sistema financeiro	(2.677)	(2.248)
	Despesas de comunicação	(1.343)	(1.103)
	Aluguéis	(2.062)	(1.857)
	Serviços diversos contratados	(5.207)	(4.588)
	Vigilância e segurança	(1.896)	(1.737)
	Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(1.696)	(1.343)
	Depreciação e amortização	(2.124)	(1.979)
	Manutenção e conservação de bens	(1.036)	(824)
	Despesas de transporte	(1.147)	(959)
	Rateio de Despesas Sicoob Confederação	(1.877)	(1.343)
	Outros	(3.143)	(3.315)
		<u>(24.209)</u>	<u>(21.297)</u>
22	<b>Outros ingressos operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
	Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 5 e 25.2)	649	756
	Atualização de CPRF (Nota 8)	408	485
	Recuperação de créditos baixados (Nota 6.4)	13.417	13.471
	Atualização de títulos e créditos a valor de mercado (Nota 8)	899	500
	Distribuição de sobras e dividendos de investimentos (Nota 10)	5.914	4.398
	Ganhos na venda de bens não de uso próprio (Nota 8)		895
	Juros sobre venda de bens não de uso próprio (Nota 8)	3.652	4.805
	Outros	5.835	4.675
		<u>30.775</u>	<u>29.984</u>
23	<b>Outros dispêndios operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
	Descontos concedidos	(1.336)	(3.735)
	Recursos Procapcred (i)	(8.154)	(5.177)
	Estorno de juros sobre venda de bens não de uso próprio	(417)	(645)
	Cofins Judicial (Nota 19)		
	Outros (inclui descontos concedidos na negociação de CPRFs)	(4.418)	(1.874)
		<u>(14.324)</u>	<u>(11.432)</u>




**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se a gastos incorridos pelo Sicoob Cocred sobre a assunção da dívida do PROCAPCRED de seus associados limitado ao spread médio de sua carteira de crédito (Nota 18)

**24 Partes relacionadas**

**24.1 Pessoal chave da administração**

**24.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2019, montaram a R\$ 1.892 (2018 - R\$ 1.510).

**24.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>(a) Principais saldos</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de crédito - circulante	40.304	9.199
Outros créditos - circulante		
Operações de crédito - não circulante	4.540	36.753
Outros créditos - circulante		
<b>Passivo</b>		
Depósitos a vista e a prazo	37.184	21.105
LCA	5.483	4.231
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	19.183	16.613
<b>(b) Principais operações</b>		
Ingresso com operações de crédito	2.616	2.284
Ingresso com outros créditos		
Dispêndio com captação	456	364

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

As variações dos saldos refere-se substancialmente a alteração da composição da diretoria e conselho.

**25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo**

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.






## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

### 25.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

#### 25.2.1 Principais Saldos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (Nota 5)	17.420	20.386
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	584.612	584.612
<b>Ativo permanente</b>		
Investimentos (Nota 10)	45.919	44.146

#### 25.2.2 Principais Operações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ingressos de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	15.417	14.340
Ingresso de depósitos intercooperativos (Nota 22)	649	756

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

### 26 Instrumentos financeiros

#### 26.1 Identificação e valorização dos Instrumentos financeiros

O Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, LCAs, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.



**Notas explicativas em 30 de junho de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**26.2 Derivativos**

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Sicoob Cocred realizou operações no mercado futuro, com o propósito de se proteger contra o risco de flutuações nos preços das commodities negociadas nas operações com Cédulas de Produto Rural Financeira – CPRF (Nota 8). Essas operações resultaram em perdas no montante R\$ 564, registradas como Resultado com instrumentos financeiros, no resultado do semestre, os quais não devem ser avaliados isoladamente, mas sim, contrabalanceados com os resultados das operações com CPRF (Nota 22 e 23). Adicionalmente a Sicoob Cocred liquidou no exercício de 2018 todos os instrumentos financeiros e derivativos em linha com estratégias financeiras aprovadas em política de investimentos da Cooperativa (Opções).

**27 Gerenciamento de riscos**

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

**27.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

**27.2 Riscos de mercado e liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias





## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 27.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 27.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 27.5 Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.



## Notas explicativas em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 27.6 Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.


### 28 Garantias

Em 30 de junho de 2019, o Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 153.857 (2018 - R\$ 96.670), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

### 29 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade do Sicoob Cocred.


Sertãozinho/SP, 30 de junho de 2019.



ADEMIR JOSÉ CAROTA  
Contador - CRC 1SP 259963/O-8  
CPF: 503.361.738-62



GIOVANNI BARTOLETTI ROSSANEZ  
Pres. do Conselho de Administração  
CPF: 183.207.628-80



ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 048.589.888-80